

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Prefácio	11
Introdução	15
Opinião de um (ao) leitor	19

Capítulo I

As provas e as presunções na aplicação do direito.....	23
1. O Direito como produto da percepção humana.....	23
2. Os métodos de aplicação do Direito.....	31
2.1. A aplicação do direito pelos particulares	34
2.2. A aplicação do Direito pelo Estado	36
3. A processualidade no Direito Administrativo	37
3.1. A concepção contemporânea dos atos administrativos.....	37
3.2. Distinção entre procedimentos e processos administrativos.....	52
3.3. Os tipos de processos administrativos	70
3.4. A forma nos processos administrativos e nos atos complexos	72
4. A aplicação do Direito e as provas.....	76
4.1. O problema da verdade.....	81
4.2. Verdade material e verdade formal	86
4.3. O objeto da prova.....	89
4.4. Percepção direta e percepção indireta.....	91
4.5. Direito material ou direito processual?.....	94
4.6. O ônus da prova	102
4.6.1. Distinção entre ônus e obrigação.....	104
4.6.2. Ônus subjetivo e ônus objetivo.....	106
4.6.3. Critérios de distribuição do ônus da prova	107
4.6.4. Efeitos antecipados das normas sobre ônus da prova.....	110
5. A aplicação do Direito e as presunções.....	112
5.1. A presunção e a prova	112
5.2. Importância das presunções no direito.....	116
5.3. Classificação das presunções	121
5.4. Distinção entre presunção e indício	125
5.5. Distinção entre presunção e ficção.....	126
5.6. A presunção relativa e a questão da inversão do ônus da prova	129

Capítulo II

A doutrina das cargas probatórias dinâmicas.....	133
1. Fundamentos	133
2. Alcance da aplicação no Direito argentino	153
3. Antecedentes históricos.....	156

3.1.	James Goldschmidt e a situação jurídica processual	157
3.2.	Jeremy Bentham e o menor incômodo na busca da prova.....	159
3.3.	René Demogue e o princípio da solidariedade	162
3.4.	Porras Lopes e o princípio da aptidão para a prova	163
4.	Aplicação no Direito brasileiro	164

Capítulo III

A presunção de legitimidade dos atos administrativos		171
1.	Tratamento doutrinário.....	171
1.1.	O sentido jurídico da legitimidade administrativa	171
1.2.	Princípio do Direito Administrativo ou atributo dos atos administrativos?.....	176
1.3.	Presunção de legitimidade, de legalidade, de veracidade ou de validade?	178
2.	Presunção de legitimidade e executoriedade.....	184
2.1.	Divergências terminológicas.....	184
2.2.	Fundamentos políticos e jurídicos da executoriedade	189
2.3.	Regimes jurídicos de executoriedade.....	200
2.4.	Hipóteses de executoriedade como pressupostos jurídicos da presunção de legitimidade	213
3.	Premissas teóricas da presunção de legitimidade dos atos administrativos.....	222
3.1.	Crítica à idéia de correlação lógica com o princípio da legalidade administrativa	222
3.2.	Crítica à idéia de analogia com a presunção de constitucionalidade dos atos legislativos	230
3.3.	Relação com o princípio da boa-fé na atuação administrativa	233
3.4.	A possibilidade de controle de abusos como condicionante da confiança na administração pública (princípio da ampla sindicabilidade da atividade administrativa).....	236
4.	A presunção de legitimidade como categoria jurídica	241
5.	Distinção categórica entre a presunção de legitimidade e a chamada “fé pública”.....	242
6.	A presunção de legitimidade na legislação	249
6.1.	Legislação brasileira	249
6.2.	Exemplos na legislação estrangeira	251

Capítulo IV

Os litígios contra a administração pública e a distribuição do ônus da prova..		253
1.	A jurisdição administrativa no Direito brasileiro	253
1.1.	Jurisdição administrativa em sentidos amplo e restrito	253
1.2.	Sistemas de jurisdição administrativa e o modelo brasileiro	258
1.3.	O processo administrativo brasileiro	286
1.4.	A administração pública no processo judicial brasileiro (a jurisdição administrativa <i>stricto sensu</i>)	288

2.	A distribuição do ônus da prova no Direito administrativo brasileiro	292
2.1.	A prova e a forma dos atos administrativos	294
2.2.	A prova nos processos administrativos	298
2.2.1.	O regime geral da lei federal n. 9.784/99	299
2.2.2.	A prova nos processos administrativos sancionadores e nas medidas cautelares administrativas	306
2.2.2.1.	Sanções administrativas e medidas cautelares na atuação do poder de polícia	312
2.2.2.2.	O poder de polícia e o ônus da prova	317
2.2.2.3.	Sanções administrativas e medidas cautelares na atuação do poder disciplinar	320
2.2.2.4.	O poder disciplinar e o ônus da prova	323
2.2.2.5.	A aplicação do princípio da presunção de inocência no processo administrativo sancionador	329
2.3.	O ônus da prova na jurisdição administrativa	336
2.3.1.	A regra geral do art. 333 do CPC	336
2.3.2.	A idéia de inversão do ônus da prova como efeito da presunção de legitimidade dos atos administrativos	337
2.4.	A presunção de legitimidade dos atos administrativos e a distribuição do ônus da prova	339
2.4.1.	Controvérsias doutrinárias	339
2.4.2.	A impugnação perante autoridade revisora	345
2.4.3.	Casos de manifesta ilegalidade: atos inexistentes, vias de fato e o direito de resistência ou desobediência civil	349
2.4.4.	Efeitos no tocante à suspensão de atos administrativos ampliativos: a teoria dos atos próprios aplicada ao Direito Administrativo	371
2.5.	A aplicação da doutrina das cargas probatórias dinâmicas no direito administrativo	377
2.5.1.	Os processos contenciosos e os meios de prova em poder da administração pública	379
2.5.2.	Os processos de formação de atos administrativos e a adoção de adequados mecanismos de registro da atividade administrativa	387
	Referências	397